



Eixo Temático

7. Educação Especial na Educação no Campo

Título

A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: VISIBILISANDO PERCEPÇÕES E PROCESSOS SOBRE A INTERFACE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Autor

Christiano Felix dos Anjos

Instituição

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail

avitima@gmail.com

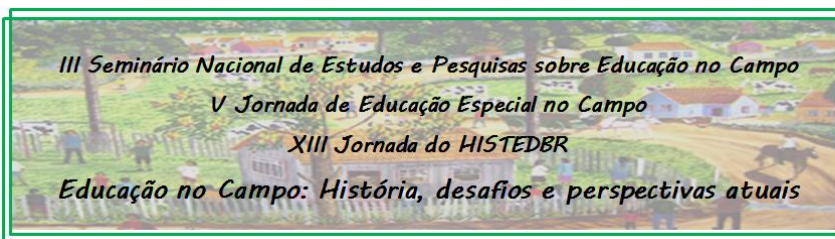
Palavras-chave

Educação Especial; Educação do Campo; Interface e Políticas Educacionais.

Resumo

A interface educação do campo e educação especial tem se construído, mas ainda se encontra invisibilizada. A educação do campo somados educação especial em uma interface vem ganhando destaque a partir de 2008. Este busca apontar pistas que foram apreendidas a partir de um questionário aplicado aos participantes de um Curso de Formação para Gestores de Educação Especial na UFES no ano de 2011, esses se constituem em gestores responsáveis pelo setor de educação especial de seus municípios que nos forneceram pistas sobre como esta sendo o movimento que possibilita os alunos com necessidades especiais estudarem nas escolas do campo. Constitui no foco deste trabalho as questões: Como esta sendo pensado o currículo para este aluno com necessidades especiais nas escolas do campo? Quais suas percepções sobre a educação do campo e sua interface com a educação especial? “A partir falas apreendidas percebemos que não há uma interface efetiva com esta na legislação, mas sim que nestes municípios existem ações pontuais “embriões de articulações”, em busca de possibilidades” (MARTINS, 2011, p.196), que nos permite apontar para ações que estão em momentos iniciais.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

Da Inquietação ao Início do Caminho Rumo a Compreensão da Interface

A interface entre a educação do campo e educação especial vem ganhando destaque a partir de 2008 com as Diretrizes Complementares para a Educação do Campo (Brasil, 2008a), do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008b) e também se encontra presente na Conferência Nacional da Educação (CONAE, 2010).

Caiado (2011) discute que a interface educação do campo e educação especial tem se tornado um movimento desafiador muito maior por causa das “particularidades e complexidades” (JANNUZZI, 2006; LEITE, 2002, *apud*, CAIADO, 2011, p. 1) que são “marcadas pelo histórico de descaso de ações do governo” (*ibid*).

Desta forma se faz importante apreender e fazer emergir os movimentos constitui a interface entre a Educação do Campo e Educação Especial no estado do Espírito Santo.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em fase de finalização de um trabalho de conclusão de curso que busca apontar pistas que foram apreendidas a partir de um questionário aplicado aos participantes de um Curso de Formação para Gestores de Educação Especial na UFES no ano de 2011.

O questionário é composto de duas partes. A primeira foi estruturada inicialmente por Caiado (2010) e buscou levantar o número de escolas do campo nos respectivos municípios respondentes, quantos alunos com necessidades educacionais especiais estudam nas escolas do campo, tipo de deficiência, formação dos professores e sobre o currículo das escolas do campo.

Já a segunda parte, foco deste trabalho, possui questões semi-abertas que nos fornece subsídios para compreender a partir do viés deste gestor de educação especial: Como está sendo pensado o currículo para este aluno com necessidades especiais nas escolas do campo? Quais suas percepções sobre a educação do campo e sua interface com a educação especial?

Movimentos em Processo Desvelando uma Interface

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Interessante discutir como gestores de educação especial apreendem o movimento da interface entre a educação especial e educação do campo, bem como os seus olhares para o presente no que diz respeito em como a interface vem se tomando forma nos municípios estudados.

Importante multiplicar essa linha única temporal que a “modernidade ocidental adotou como seu” (SANTOS, 2008, p. 791). Reduzindo hierarquias buscamos fazer emergir saberes credíveis e de pensar nestes que são construídos.

Santos (2008) direciona em pensar na contração do futuro, para que esse futuro não seja “infinitamente ambudante e infinitamente igual”. Assim contraindo o futuro podemos “torna-lo objeto de cuidado”.

Concepções dos Gestores da Educação Especial sobre a Educação do Campo

Percebe-se que entre os profissionais que representam os municípios, a concepção de educação do campo esta bastante clara no que tange ao trato com as características da localidade, na significação e reconhecimento dos saberes do campo como saberes próprios.

Ferreira (2011) nos mostra concepções de educação do campo cunhada nos movimentos que ajudaram a pensar neste tipo de educação,

[...] a Educação do Campo, diferente do modelo neoliberal de educação, contribui com a construção de uma memória coletiva, do resgate da identidade do homem do campo por meio da educação junto às crianças, jovens e adultos, criando o sentimento de pertença ao grupo social ao qual a educação do/no campo está inserida. (FERREIRA, 2011, p. 16).

Destacam-se entre os municípios de Itaguaçu, Brejetuba e Marilandia as concepções de uma educação do campo a partir das formações que receberam e de suas experiências quando participantes ativas no setor de educação do campo.

[...] proposta pedagógica própria e apropriada para as escolas do campo, que valorize o campo como local privilegiado de produção de saberes e conhecimentos (município de Itaguaçu).



A educação é um elemento fundamental e primordial para o sujeito do campo ou da cidade; o sujeito aprende, mas também ensina com sua leitura de mundo. (Município de Brejetuba).

Uma educação voltada para a realidade camponesa, valorizando o local e seu sentimento de pertença da escola/comunidade. (Município de Marilandia).

Nos direcionam a pensar o campo como um “local privilegiado de produção de saberes”, “o sujeito aprende, mas também ensina a sua leitura de mundo”, valorizando o local e o seu sentimento de pertença entre escola/comunidade. Nos dizem das relações entre escola e a localidade, movimento que fusionam saberes, formando uma nova maneira de se pensar esses conhecimentos em uma via de mão dupla entre os saberes aprendidos pelos alunos e construídos por eles.

Essas idéias e os procedimentos fazem parte do processo de tornar a escola um ambiente mais plural, mais integrado às diferentes culturas de origem dos alunos e professor, [...] interlocução entre crenças, conhecimentos e modos de estar no mundo diferentes fundamentados não na superioridade de uns sobre outros, mas em um diálogo entre diferentes, que permita a superação da hierarquização e das verdades únicas, da segregação excludente. (OLIVEIRA, 2008, p.71)

Faz-se interessante apontar para uma reflexão que emerge no meio desses profissionais. Tal questionamento nos diz sobre uma educação do campo que se é pensada apenas para aqueles trabalham no campo, impossibilitando pensar em uma interface entre a educação especial e educação do campo.

Sinto que, a perspectiva que se tem para esse sujeito, não é constituir-se um cidadão do campo com possibilidades de mercado de trabalho, inclusive como trabalhador do campo [...] sem grandes expectativas tanto na escola quanto na família. Trazer município

Os movimentos sociais que discutem a educação do campo são de trabalhadores rurais, moradores de comunidades que tem em suas praticas do campo o trato com a terra, com o plantio e outras atividades relacionadas. São esses sujeitos que buscam o reconhecimento e de uma educação que respeite e leve em conta suas especificidades e proporcionem a manutenção dessa cultura própria de suas localidades a partir dessa educação do campo. (MARCOCCIA, 2009)

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Mas educação em si é apenas para que o aluno adquira seu espaço em um posto de emprego? Se fosse dessa forma também não haveria necessidade de se pensar a inclusão em áreas urbanas, pois muitos dos alunos com necessidades educacionais especiais que se encontram nas escolas regulares, podem ter uma especificidade a tal ponto que sua deficiência possa impossibilitar sua entrada no mercado de trabalho. Assim como existem aqueles que pensam possuem um potencial como qualquer pessoa para serem sujeitos produtivos. Temos que pensar em uma interface que seja sim pensada para aqueles que assumirão seus postos de trabalho, mas não apenas para esses sujeitos.

Gonçalves (2010) se referindo a Mézaros (2005) nos ajuda a compreender a lógica que leva a o pensamento da lógica do modo de produção capitalista que leva a descaracterização de um lugar legítimo de educabilidade que é a escola e principalmente nesta discussão a escola do campo, dos alunos com necessidades especiais na escola.

A escola esta integrada aos processos sociais e, no caso de nossa sociedade, integrada ao modo de produção capitalista. Desta forma, não escapa à reprodução do sistema, não esta à margem da realidade, o que a leva a legitimar a posição dos indivíduos que lhes foi atribuída dentro da hierarquia social, por meio da internalização da conformidade, induzindo-os a uma aceitação passiva. (MESZAROS, 2005, apud, GONÇALVES, 2010, p. 34)

Como a Interface tem se (Des)Velado e seus Desafios

Para seguir os movimentos que nos conduzem para o entendimento de como tal interface entre educação especial e educação do campo vem se encaminhando para um (des)velar. Voltamos nosso olhar para os cotidianos dos diferentes municípios.

No município de São Domingos do Norte. “Somente uma escola do campo possui alunos especiais e a não ser pelo apoio da estagiaria, a professora age como pode”.

Evidencia-se a falta de articulação entre os setores Dentre as escolas do campo desta localidade, em apenas uma se encontram os alunos com necessidades especiais. A professora apenas conta com a estagiaria para lhe auxiliar com os alunos publico alvo da



educação especial. Mesmo havendo setor de educação especial neste município, algo dificulta um diálogo para que a professora seja auxiliada na escola,

Caiado (2011) nos ajuda e compreender esses desafios quando se apoia em Jennuzzi (2006) e Leite (2002) e nos fala que

Se trabalhar na interface de duas áreas já traz grandes desafios teóricos-metodológicos, o foco na interface proposta se revela ainda mais desafiados uma que a educação especial e a educação do campo recentemente são consideradas um direito social. Com suas particularidades e complexidades, revelam-se duas áreas marcadas pelo histórico de ações de governo (JANNUZZI, 2006; LEITE, 2002 apud CAIADO, 2011, p.1)

Organizar/criar um setor de educação especial no Município de Rio Bananal é uma das ações pensados, a partir do Curso para Gestores da Educação Especial, o município possui como expectativa pensar a criação deste setor para o ano de 2012. No entanto, as pessoas que são responsáveis pela educação especial neste município estão articulando para que os alunos das escolas do campo recebam acompanhamento oferecido pelos pedagogos da SEMEC.

Infelizmente o município não possui um setor próprio da Educação Especial na SEMEC, sendo que este meu plano de ação para 2012, portanto a educação do campo tem no município acompanhamento por parte dos pedagogos da SEMEC, na qual fazem a interação com a educação especial. (Município de Rio Bananal)

Há neste caso uma busca de uma ação alternativa, para que as demandas sejam atendidas a partir de suas emergências.

Visualizamos a existência do diálogo reconhecido entre os setores. “Na equipe da secretaria existe um diálogo entre setores, portanto, cada aluno deficiente que chega às escolas do campo, as coordenadoras, procuram atendê-lo na medida do possível” (Município de Itaguaçu). É interessante interrogar o que vem se constituindo como “na medida do possível”? Que possibilidades são produzidas no interior dessas ações e como ela é pensada para contemplar o atendimento dos alunos com necessidades especiais dentro dessas escolas do campo?



Prietro e Andrade (2009), nos aponta para os movimentos que vão para além da apenas garantia na legislação quando nos fala que

Apesar de essas garantias legais terem evoluído nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo, observa-se uma prática escolar que não condiz com a teoria nem com o previsto em lei. Esse descompasso pode ser decorrente da falta de recursos materiais nas escolas, da precariedade da formação continuada dos professores, da defasagem na formação especializada ou, ainda, da carência de outros profissionais para prestar apoio às escolas. (PRIETRO; ANDRADE, 2010, p. 1)

Pensando nos Processos: interface entre a educação especial e educação do campo da invisibilidade para ao início das emergências

A partir de estudos recentes Caiado (2010), evidenciou a necessidade de estudos que pudessem dar destaque a uma área que está sendo atualmente marcada pela “invisibilidade” e a partir do que se efetiva sua “não existência” Santos (2007).

A interface entre a Educação Especial e Educação do Campo vem aparecendo nos documentos legais desde 2002, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), reafirmado na Resolução 2/2008 BRASIL (2008), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e no Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (MEC, 2008), na qual percebemos “a luta empreendida pelos movimentos sociais pela educação enquanto um direito de todos” (CAIADO, 2010, p. 5).

Santos (2007) nos conduz a pensar a partir das ecologias, um estudo que possa colocar esta interface como uma,

[...] realidade que não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e a marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes (Santos 2007, p.67).

O diálogo entre as duas modalidades onde direciona para uma interface que permite que se efetive uma educação que leve os saberes próprios do campo para os alunos público alvo da educação, tecendo assim a apropriação de uma “ecologia de

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



saberes”. Oliveira (2008), onde seja respeitado tais saberes das realidades locais como conhecimentos legítimos e não inferiores. Para além, faz com que os sujeitos se sintam inseridos dentro do próprio contexto, não se sentindo deslocados como não pertencentes de suas realidades que os cercam.

Assim sendo, neste trabalho propomos desvelar um cenário, propiciando que a interface entre a Educação Especial e Educação do Campo seja colocada em foco, buscando assim “expandir o presente e contrair o futuro” para que seja evitado o “desperdício de conhecimento” dos sujeitos do campo para com a educação especial (idem), valorizando assim a “experiência social” (idem).

Buscamos apreender dois momentos nas falas dos gestores responsáveis pela educação especial nos municípios estudados. Em um primeiro momento foi possível selecionar algumas vozes que nos permitiram o vislumbre de como estes gestores visualizam a educação do campo e como ele deve ser pensado.

Temos então o ideal de uma educação do campo sendo mostrado por esses profissionais, mas também nos é colocado uma inquietação sobre que tipo de educação do campo deve ser pensado ao aluno com necessidades especiais nas escolas do campo, quando se começa a considerar o trabalho como uma das metas para onde a educação direciona.

Já no segundo momento podemos apreender falas importantes sobre como esta o movimento que possibilite trabalhar com este tipo de alunado nas escolas do campo, levando em conta a concepção de uma educação voltada para o campo. Ambas as falas trabalham de acordo com suas possibilidades para efetivar um trabalho que articule as duas modalidades.

Desta forma percebemos que não há uma interface efetiva com esta na legislação, mas sim que nestes municípios existem ações pontuais ““embriões de articulações”, em busca de possibilidades” (MARTINS, 2011, p.196), que nos permite apontar para ações que estão em momentos iniciais.

Pensando os processos sobre a interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo, percebemos sua existência e buscamos ao longo deste trabalho desvelar sua existência a partir de pistas que nos foram possíveis captar pelo cenário nacional e local



a sua existência, problematizando esta existência e seguir este fio de Ariadne para assim sair do labirinto com o vislumbre da interface no estado do Espírito Santo.

Para, além disso, cabe ainda aprofundamento, buscando novos/outros estudos que ajudem a continuar problematizando a interface que se materializa nas realidades do estado e no Brasil.

Novos estudos ajudarão a tensionar ainda mais, e tratar de novos movimentos disparadores de ações possíveis nas escolas do campo e na Educação Especial com o objetivo de estar sempre em loco as realidades presentes e vivas. Permitindo se contrapor pela hegemonia dominante que silencia vozes e desacredita outras realidades que fogem dos padrões determinados por ela (SANTOS, 2006).

Referências

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitada**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 777-815.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010). Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Resolução nº2, de 28 de abril de 2008. regulamenta a Lei nº 9.131/ 1995, dispõe sobre as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 28 abr. 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008a.

MARCOCCIA, P. C. P. . Interface da Educação Especial com a Educação do Campo: A (in)visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do campo. In: 33ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010

MARCOCCIA, P. C. P. A (IN)VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2009.



JANNUZZI; LEITE *apud* CAIADO, K. R. M. ; MELETTI, S. M. F. . Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 93-104, 2011.

CAIADO, K.R.M. Educação Especial no campo: uma interface a ser construída. In: Anais do I Seminário de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, F. J. ; BRANDÃO, E. C. . EDUCAÇÃO DO CAMPO: um olhar histórico, uma realidade concreta. In: Revista Eletronica de Educação. Ano V. Nº. 09, jul./dez, 2011

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONÇALVES, T.G.G.L. ; MELETTI, S. M. F. ; SOUZA, S.R. C. de . EJA e Educação no Campo: Uma análise das matrículas de alunos com deficiência intelectual no Paraná. In: I Seminário sobre Educação do Campo, 2011, São Carlos. I Seminário sobre Educação do Campo - GEPEC/UFSCar, 2011. p. 01-14.

PRIETO, R. G. ; ANDRADE, S. G. . Políticas públicas de educação especial e inclusão escolar em município paulista. In: 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - Anped, 2009, Caxambú. Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 2009.

MARTINS, I. O. R. Educação Especial e a Superineyendência Regional de Educação de Cariacica: um diálogo possível. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória 2011.